



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582
Telefone (22) 2101-6350 - Fax (22) 2101-6391
aquisicoes@camaracampos.rj.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES DE INFORMÁTICA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência, elaborado nos termos das disposições do artigo 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93, visa à abertura de processo para a aquisição de equipamentos permanentes de informática para a Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes.

1.2. Os equipamentos deverão ser novos e acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto, bem como o número do lote na embalagem.

1.3. Os equipamentos devem possuir garantia mínima de 12 (doze) meses.

2. DA PESQUISA DE PREÇO

2.1. O Setor de Aquisições da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilado em relatório, que visa subsidiar na definição do valor de referência, que norteará as decisões do procedimento licitatório e quanto à aceitabilidade das propostas de preços.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Os equipamentos serão utilizados para instalação do sistema de segurança da Câmara Municipal, que está sendo reparado e ampliado, assim, devido a nova tecnologia empregada nos mesmos, necessitam de serem compatíveis com os aparelhos auxiliares, como por exemplo: os switches existentes no sistema de segurança possuem entrada para cabos coaxial, sendo que as câmeras novas utilizam a tecnologia do cabo de rede.

3.2. Os aparelhos existentes continuaram sendo utilizados para os equipamentos antigos, mas necessitamos da aquisição de novos com a tecnologia adequada para a ampliação do sistema.

3.3. Para tanto, a Administração preocupou-se em realizar um procedimento aquisitivo com a melhor relação custo-benefício mediante a estipulação de critérios de aferição da qualidade conforme normas citadas neste Termo de Referência.

4. DA QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1. A especificação técnica dos produtos a serem adquiridos não estabelece características de marcas ou produtos específicos que possa restringir a competitividade do certame.

4.2. Os produtos seguirão as seguintes especificações técnicas abaixo relacionadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	SWITCH 24 PORTAS COM POE Principais Características: Gerenciamento inteligente de PoE, Transmissão PoE de longo alcance de até 300 m, Fonte de alimentação adaptável de 4/8 núcleos com menos perda de energia, Proteção contra surtos de 6KV para melhorar a confiabilidade em ambientes adversos. Especificações Técnicas Mínimas: Parâmetros de rede:	3



	<ul style="list-style-type: none">- Número De Porta: Portas PoE de 24 × 10/100 Mbps, porta RJ45 de 1 × gigabit e porta de fibra óptica de 1 × gigabit- Tipo De Porta: Porta RJ45, full duplex, adaptável MDI / MDI-X- Modo de trabalho: Modo Standard (desconhecido); Modo estendido- Padrão: IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3x- Modo De Encaminhamento: Store-and-forward switching- Portas Para Transmissão De Longa Distância: Portas 17 a 24- Tabela De Endereços MAC: 4 K- Cache Interno: 2.75 Mbits- Capacidade Do Switch: 8.8 Gbps- Taxa Máxima De Pacote: 6.547 Mpps- Portas De Alta Prioridade: Portas 1 a 8 <p>Fonte de alimentação PoE:</p> <ul style="list-style-type: none">- Padrão De PoE: IEEE 802.3af, IEEE 802.3at- Pin De Alimentação PoE: End-span: 1/2(-), 3/6(+) / Mid-span: 4/5(+), 7/8(-) / 8-pin power: 1/2(-), 3/6(+), 4/5(+), 7/8(-)- Porta PoE: Portas 1 a 24- Potência Máxima Da Porta: 30 W- Potência De Alimentação De PoE: 230 W <p>Função de discagem:</p> <ul style="list-style-type: none">- Longo Alcance: Portas 17 a 24: até 300 m; e a taxa de velocidade da porta é 10 Mbps. <p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none">- Temperatura De Armazenamento: -40 °C to 85 °C (-40 °F to 185 °F)- Umidade De Armazenamento: 5% to 95% (sem condensação)- Peso Bruto: 3.33 kg (7.34 lb)- Peso Líquido: 2.55 kg (5.6 lb)- Consumo De Energia Em Ociosidade: 20 W- Estrutura Externa: Metal- Temperatura De Funcionamento: -10 °C to 55 °C (14 °F to 131 °F)- Umidade Operacional: 5% to 95% (sem condensação)- Fonte De Alimentação: 100 a 240 VAC, 50/60 Hz, Max. 4 A- Consumo Máximo De Energia: 250 W	
2	<p>ROTEADOR WIRELESS 4 ANTENAS DUAL BAND IPV6</p> <p>Tecnologias:</p> <ul style="list-style-type: none">- WPS- WISP- MIMO- IPv6 <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">- Bivolt- Dual-Band- Certificado: IEEE 802.11 b/g/n/ac <p>Hardware:</p> <ul style="list-style-type: none">- Quantidade de Portas: 4- Portas: 3 Portas LAN e 1 WAN RJ45- Antenas: 4- Potência: 18 Dbm- Velocidade: 300 Mbp/s 2.4Ghz / 837 Mbp/s 5Ghz <p>Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">- WPA-PSK- WPA2-PSK- WPA- WPA2	3

4.3. Toda a despesa relacionada à entrega do material é por conta da empresa vencedora do certame.

4.4. A entrega do material deverá ser feita pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para a CMCG no departamento de Patrimônio, no horário das 9h às 17h dos dias úteis.

5. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

5.1. Os valores propostos na apuração dos orçamentos enquadram-se no disposto nas disposições dos artigos 23, inciso II e 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.



6. DO PRAZO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os materiais serão adquiridos de forma imediata, após empenho.

6.2. Cumprida a obrigação, o objeto da licitação será recebido:

6.2.1. Provisoriamente, pelo servidor responsável, por meio de carimbo aposto no verso da Nota Fiscal, devidamente datado e assinado, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência e com a proposta vencedora.

6.2.2. Definitivamente, depois de verificada a conformidade do objeto com as especificações exigidas no Termo de Referência e com a proposta vencedora, bem como o atendimento pleno.

6.2.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o(s) bem(ns) fornecido(s) em desacordo com os termos do Termo de Referência.

6.2.4. Se no ato da entrega do(s) bem(ns) a nota fiscal/fatura não for aceita pela Administração, devido a irregularidades em seu preenchimento, será procedida a sua devolução para as necessárias correções. Somente após a reapresentação do documento, devidamente corrigido, e observados outros procedimentos, se necessários, procederá a Administração ao recebimento provisório do(s) bem(ns).

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o(s) bem(ns)/serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns)/serviços contratado(s);

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no(s) bem(ns)/serviços contratado(s), para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do(s) bem(ns)/serviços, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Prestar seus serviços em perfeitas condições, conforme especificações e prazo constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à descrição dos serviços contratados;

8.1.2. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços adquiridos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582
Telefone (22) 2101-6350 - Fax (22) 2101-6391
aquisicoes@camaracampos.rj.gov.br



- 8.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega dos serviços contratados, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE E REGIME DE EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços contratados, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2. O recebimento de bens e serviços contratados de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.5. A partir da data de emissão da nota de empenho, o material deve ser entregue mediante requisição do setor competente em até 5 (cinco) dias úteis, apresentando sempre nota que deverá ser assinada exclusivamente pelo responsável.
- 11.6. O regime de execução do contrato se dará de forma global.



12. DO VALOR

12.1. O valor Global do objeto será de **R\$ 11.557,50 (Onze mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)**. Sendo esse o menor dos valores apresentados na cotação, apurados conforme o orçamento detalhado, expressando a composição dos custos totais.

13. DO PAGAMENTO

13.1. A CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação do documento fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

13.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto”, pelos servidores competentes, na nota fiscal apresentada.

13.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.6. O pagamento será realizado conforme medição e autorização Setor responsável, mediante apresentação de Nota Fiscal e CNDs: Conjunta Federal, Estadual, Municipal e FGTS e/ou outras que se façam necessárias.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Em caso da Contratada ensejar o retardamento da execução do objeto deste Termo, falhar ou fraudar na sua execução, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratante poderá aplicar a Contratada multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor contratado.

14.3. A contratada ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total dos serviços, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

14.4. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Av. Alberto Torres, 334 - Campos dos Goytacazes/RJ - 28.035-582
Telefone (22) 2101-6350 - Fax (22) 2101-6391
aquisicoes@camaracampos.rj.gov.br



14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15. DA SUSTENTABILIDADE

15.1. A contratada deverá adotar, sempre que possível, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução de serviços e no fornecimento de materiais de consumo, insumos para a CMCG:

- a. Utilizar produtos sustentáveis e de menor impacto ambiental;
- b. Acondicionar os materiais em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- c. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR's publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre gestão de resíduos sólidos;
- d. Adotar práticas de logística reversa junto a seus clientes e fornecedores, de modo a potencializar o reaproveitamento de produtos, embalagens, equipamentos e outros insumos envolvidos no objeto da licitação/contratação;
- e. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

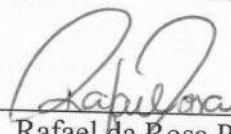
16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 Rubrica Orçamentária: 1.01.122.0095.2724.0000, Natureza de Despesa 44.90.52.

17. DO ANEXO

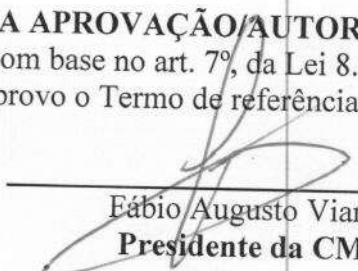
17.1. Anexo I – Planilha estimativa de Orçamento.

Campos dos Goytacazes, 25 de agosto de 2022.



Rafael da Rosa Pereira Junior
Diretor de Aquisições (Interino)

DA APROVAÇÃO/AUTORIZAÇÃO
Com base no art. 7º, da Lei 8.666/1993,
aprovo o Termo de referência.



Fábio Augusto Viana Ribeiro
Presidente da CMCG